

Quinta-feira, 17 de janeiro de 1991

Nos anos 70, com a emergência do primeiro choque do petróleo, duas palavras inco-muns entraram para o vocabulário cotidiano da maioria dos brasileiros. Foram elas endógeno e exógeno e delas as autoridades econômicas lançaram mão com largueza que exasperou os filólogos e, com uma dose de oportunismo que eriçou a oposição e ganhou rápido descrédito entre os economistas de fora do governo.

“Fatores exógenos”, repetiam sempre os administradores econômicos, seriam os eternos responsáveis pela incapacidade de Brasília de segurar a inflação, equilibrar o balanço de pagamentos, reduzir o déficit fiscal, implantar uma política monetária, definir uma política industrial, etc., etc., “ad nauseam”. Os “fatores endógenos”, estruturais ou circunstanciais (secas, enchentes, por exemplo), alternavam nas posições de atores principais ou coadjuvantes, dependendo das necessidades do momento.

Hoje, diante do trágico desenvolvimento da crise promovida pelo Iraque ao invadir o Kuwait, o governo brasileiro encontra-se mais uma vez tentado a debitá-lo a este fator

exógeno todas, ou quase todas, as responsabilidades pela penosa falta de progresso do programa de ajustamento econômico.

Este programa, que observou, na sua concepção de origem e na sua aplicação e divulgação, uma incômoda proximidade com figuras de linguagem bélicas — “abater o adversário com um só golpe”, “uma única bala na agulha”, “luta sem tréguas” —, mostrou-se uma poderosa investida endógena sobre os bolsos dos cidadãos, mas, até agora, apesar de as autoridades em Brasília controlarem todo o arsenal da guerra, quase nenhum resultado concreto foi obtido.

Logo quando da invasão do Kuwait, os economistas do governo observaram que tudo viria dando certo com o plano de estabilização, mas que o inevitável aumento dos preços do barril de petróleo reverteria a tendência de queda dos preços. O valor da pipa de óleo subiu, de fato, mas logo desceu, deixando claro que outras pressões — endógenas — eram que

estavam mesmo na raiz da inflação mensal de dois dígitos.

Credite-se ao governo, e notadamente à equipe econômica, o fato de que não se tem tentado tirar proveito político da situação do Golfo, transformando a catástrofe da guerra na mãe de todas as nossas vicissitudes. Isso talvez ajude a pavimentar o caminho para a retomada de uma ampla rodada de entendimentos nacionais, que ganha força exatamente porque uma guerra catastrófica poderá obrigar o País a soldar seus interesses internos de forma a enfrentar com a máxima eficiência a desagregação promovida por uma convulsão externa.

Estamos falando de voltar a sublinhar a importância do desgastado (mas nem por isso menos importante) pacto social, em cuja trama entra agora, com força ponderável, a pressão de eventos exógenos.

Políticos oposicionistas de bom calibre, confrontados com previsões catastrofistas pa-

ra o Brasil, haja ou não uma guerra, têm procurado lembrar seus interlocutores sobre a importância de reconhecer no presidente da República, eleito pelo voto popular, como o melhor conduíte para ensejar, animar e sustentar as conversações que levem ao entendimento interno que se faz imperativo neste momento de crise internacional.

Se o presidente se mostra isolado, mal servido por suas lideranças políticas, absorto com questões periféricas, cabe aos representantes da sociedade como um todo — partidos, empresários, sindicalistas, trabalhadores, etc. — o esforço de dar partida definitiva às conversas que podem levar ao consenso.

Ao governo cabe dar seqüência às medidas internas necessárias para a minimização do impacto provocado pelos fatores externos. Essas medidas vinham sendo reclamadas antes mesmo que o ditador do Iraque tivesse se meado sua “guerra santa” e desta independem. Elas são fundamentais como sinalizadoras da boa fé e disposição cooperativa de um governo encabeçado por um político apontado pela maioria dos eleitores brasileiros.

Economia - Brasil

Sobre o endógeno e o exógeno